



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681504 - RN (2021/0227652-3)

**RELATOR** : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK  
**IMPETRANTE** : GUILHERME DE NEGREIROS DIOGENES REINALDO  
**ADVOGADO** : GUILHERME DE NEGREIROS DIÓGENES REINALDO - RN015125  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
**PACIENTE** : JEFERSON HENRIQUE PEREIRA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

### DESPACHO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JEFERSON HENRIQUE PEREIRA, em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO NORTE (Apelação Criminal n. 2016.008660-7).

O paciente foi condenado às penas de 7 anos, 9 meses e 15 dias de reclusão no regime inicial fechado, de 1 ano de detenção no regime aberto e de 438 dias-multa, como incurso nos arts. 33 da Lei n. 11.343/2006, e 12 e 16, ambos da Lei n. 10.826/2003.

O impetrante sustenta que na sentença condenatória não haveria fundamentação idônea para a aplicação da fração mínima da causa de diminuição referente ao tráfico privilegiado.

Afirma que, ao manter o percentual aplicado pelo magistrado singular, a autoridade impetrada teria acrescentado fundamentos que não constariam do édito repressivo, incorrendo em *reformatio in pejus*.

Aduz que a quantidade de drogas não poderia ser utilizada na primeira e na terceira etapas da dosimetria, sob pena de indevido *bis in idem*.

Requer a concessão da ordem para que o redutor do § 4º do art. 33 da Lei n. 11.343/2006 seja aplicado no patamar máximo.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência